

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro pede margem de lucro perto de zero a mercados e cogita facilitar importação de arroz.....	2
Título: Destaques	4
Título: Energisa Rondônia eleva aportes, mas enfrenta oposição	4
Título: Pandemia ameaça afetar oferta de cobre em 10 anos.....	6
Título: Unipar entra em energia com projeto na Bahia	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: ‘O valor da Amazônia tem de ser precificado’	9
Título: Lava rápido.....	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Petróleo cai abaixo de US\$ 40 com demanda menor; techs desabam	14
Título: Reforma mantém regra sobre militar da ativa no governo.....	15
Título: Mourão diz que é hora de discutir mineração em terra indígena	18
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Bolsonaro veta uso de recurso do Fundo Social para gasoduto	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 09/09/2020****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa — De Brasília****Título: Bolsonaro pede margem de lucro perto de zero a mercados e cogita facilitar importação de arroz**

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem ter feito “um apelo” aos donos de supermercado para que a margem de lucro sobre os produtos essenciais seja próximo de zero. A preocupação de Bolsonaro com a alta dos alimentos da cesta básica pode levar o governo a suspender a tarifa de importação do arroz de países de fora do Mercosul.

Amanhã à tarde, Bolsonaro recebe o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Sanzovo Neto, ao lado do ministro Paulo Guedes.

O presidente pediu “patriotismo” aos empresários na semana passada, depois que a Abras emitiu nota relatando uma pressão dos preços dos alimentos no atacado.

Ontem, ele tocou novamente no assunto durante encontro com médicos pró-cloroquina, no Palácio do Planalto. O comentário surgiu quando Bolsonaro disse que, se não fosse o auxílio emergencial pago a pessoas vulneráveis, “poderíamos ter seríssimos problemas sociais no Brasil”.

“Tenho conversado com alguns donos de grandes redes de supermercados desde a semana passada, com o presidente da associação também dos supermercados, fazendo um apelo. Nós criamos aí o auxílio emergencial para exatamente poder dar oportunidade para o pessoal que perdeu emprego comer”, afirmou. “Então, tenho apelado para eles, ninguém vai usar a caneta Bic para tabelar nada, não existe tabelamento, mas pedindo para eles que o lucro desses produtos essenciais nos supermercados seja próximo de zero.”

A alta do preço do arroz, e da cesta básica em geral, mexe diretamente com o público mais pobre, no qual a popularidade do presidente avançou nos últimos meses devido ao auxílio emergencial.

“Outras medidas estão sendo tomadas pelo ministro da Economia bem como pela ministra Tereza Cristina para nós, o mais rápido possível, darmos uma resposta a esses preços que dispararam no supermercado”, afirmou.

Segundo uma alta fonte do Planalto, o presidente avalia suspender a Tarifa Externa Comum (TEC) aplicada ao produto importado dos países de fora do

Mercosul. Hoje, essa tarifa está em 12% para o produto beneficiado e 10% para arroz com casca. A medida tem forte oposição do setor agrícola.

Segundo essa fonte, o assunto será decidido antes da reunião do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex), na sexta-feira.

Bolsonaro disse também que, se os produtores tivessem ficado em casa, obedecendo a recomendação de isolamento social, os preços estariam ainda mais altos e o país viveria um caos social.

Ele disse ainda acreditar que com a nova safra de arroz, a “ser colhida em dezembro, janeiro, [...] a tendência é normalizar o preço”. Porém, 70% da produção nacional de arroz é no Rio Grande do Sul, e a colheita só começa em fevereiro. Os Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás começam suas colheitas em janeiro, mas com impacto menor sobre as cotações do produto.

Mais cedo, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, havia sido questionada pela “repórter mirim” Esther Castilho, de 10 anos, sobre se os preços do arroz cairiam.

“O arroz não vai faltar”, respondeu a ministra. “Agora ele tá alto, mas nós vamos fazer ele baixar. Se Deus quiser, vamos ter uma supersafra ano que vem.”

A menina foi levada pelo presidente à sala onde ocorreria uma reunião ministerial no Palácio do Planalto. E foi incentivada por ele a fazer perguntas aos ministros, algumas das quais ele mesmo sussurrava no ouvido da criança.

Nessa “entrevista”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, previu que os preços do gás de cozinha cairão até 30% após a aprovação da Lei do Gás, atualmente em tramitação no Congresso.

Esther perguntou se o preço do gás iria cair, mas ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, que passou a bola ao colega.

“Pergunta para o Paulo Guedes”, respondeu Albuquerque.

Guedes, por sua vez, previu um “choque de energia barata” com a aprovação da lei. “Com a ajuda do ministro Bento, nós estamos aprovando a lei do gás natural. E aí vai haver um choque de energia barata. Esperamos que o gás caia, 20%, 30% pelo menos”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 09/09/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Petrobras vende concessão

A Petrobras iniciou a fase vinculante referente à venda de 50% a 100% de sua participação, com passagem da operação, na concessão BM-S-51, na Bacia de Santos. Localizada em lâmina d'água que varia de 350 a 1.650 metros e cerca de 215 quilômetros da costa de São Paulo, a concessão foi adquirida na 7ª Rodada de Licitações de Blocos realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2005. A Petrobras é operadora com 80% de participação nesse ativo, em consórcio com a Repsol Sinopec Brasil que detém os demais 20%.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 09/09/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Letícia Fucuchima — De São Paulo**Título:** Energisa Rondônia eleva aportes, mas enfrenta oposição

Há quase dois anos no comando da distribuidora de Rondônia, a Energisa está na metade do plano de investimentos que promete acabar com as limitações locais do fornecimento de energia. Até o fim de 2021, a companhia pretende “destravar” o Estado quando o assunto é energia elétrica, com a conclusão de subestações e linhas nas principais rotas do agronegócio regional. Mas, apesar dos aportes para melhorar a prestação dos serviços, os novos donos da extinta Ceron enfrentam resistência: há uma movimentação na assembleia estadual que pede a retirada da concessão da empresa.

Adquirida no processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras, a concessionária de Rondônia é a que mais recebe investimentos do grupo Energisa, que tem outras dez distribuidoras. Assim que assumiu a empresa, foram aportados R\$ 254 milhões para manter as operações rodando. Também foram pagos R\$ 1,2 bilhão em dívida com fornecedores. “A partir daí, montamos um grande pacote de obras, a concessão estava há anos no subinvestimento”, afirma o presidente da Energisa Rondônia, André Theobald.

Desde o ano passado, mais de R\$ 1 bilhão já foram direcionados para construção e reforma de subestações, linhas de distribuição de alta tensão,

instalação de equipamentos nas redes, entre outros. Grande parte das obras acompanha a rota do agronegócio. “Havia pouca rede de alta tensão para um Estado com vocação para o agronegócio, com resfriadores de leite, secadores de grão e frigoríficos fora dos centros urbanos. Tínhamos esse desafio”, conta o executivo.

Segundo Theobald, os resultados dos esforços para melhorar a qualidade já são visíveis. “Hoje, se uma indústria quiser se instalar aqui, já consigo apresentar um plano e mostrar que energia não vai ser um problema.”

Também já se enxerga melhora dos indicadores de qualidade da distribuidora, que, no entanto, continuam fora dos limites regulatórios da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A Energisa Rondônia calcula que, no primeiro semestre, as interrupções do fornecimento de energia caíram 30% em relação ao mesmo período de 2019.

Em junho, o DEC (duração de interrupção) da distribuidora atingiu 40,64 horas, acima do limite de 27,43 horas. Já o FEC (frequência de interrupção) alcançou 21,29 vezes, contra o limite de 18,83 vezes. A empresa prevê reverter esse cenário e ter indicadores dentro dos parâmetros da Aneel em 2022.

Apesar do avanço para a virada dos negócios na distribuidora, a Energisa enfrenta um cenário político adverso. Em meio ao histórico de má prestação dos serviços e à mudança na gestão, parlamentares locais instauraram uma CPI para apurar supostas irregularidades por parte da concessionária. Segundo o presidente da CPI, Alex Redano (Republicanos), o relatório final será encaminhado a órgãos de controle e deve pedir a saída da companhia da concessão.

Um dos principais questionamentos dos deputados envolve os esforços de renegociação da dívida junto ao Estado. Os débitos por ICMS não pago são questionados na Justiça desde 2001 e, mesmo antes da chegada da Energisa, já se negociava um pré-acordo de conciliação. Segundo o governo, esse pré-acordo prevê o pagamento à vista de cerca de R\$ 800 milhões pela companhia, incluindo desconto de 85% sobre juros e multas. Porém, para se tornar válido, ele depende de um projeto de lei - o texto, que beneficia outras empresas além da Energisa, chegou a ser apresentado, mas foi fortemente criticado e retirado pelo governo.

Mas políticos locais também mostram insatisfação com o atendimento à população. “Todas as leis que fizemos em benefício dos consumidores, eles recorreram”, diz Rodano. Assim como visto em outros estados, Rondônia aprovou leis na pandemia para suspender o corte de energia a algumas classes de consumidores. Essas leis foram contestadas no Supremo Tribunal Federal

pela Abradee (associação das distribuidoras), que aponta a competência da Aneel para regular assuntos do setor elétrico.

Sobre a criação da CPI, a Energisa afirma que “atua com transparência e está aberta a prestar todos os esclarecimentos à sociedade e seus representantes”.

O caso lembra a situação enfrentada pela distribuidora da Enel em Goiás. Lá, também houve a instauração de uma CPI, mas a situação ganhou contornos mais dramáticos com o apoio declarado do governo do Estado, na época, aos pedidos de cassação do contrato com a Enel. Porém, especialistas já apontavam que esse tipo de movimentação não possuía base jurídica para seguir adiante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: Pandemia ameaça afetar oferta de cobre em 10 anos

A pandemia da covid-19, que fechou algumas operações de minas na América do Sul, pode ter impacto na oferta mundial de cobre nos próximos 10 anos. Paulo Castellari, presidente do fundo Appian, que detém projeto de cobre no Brasil, disse que atualmente a demanda pelo metal é de 28 milhões de toneladas. Há estudos que indicam que entre 2030 e 2040, o volume subirá para 45 milhões de toneladas.

“Com a pandemia, já avaliamos que haverá um déficit na oferta de 17 milhões de toneladas daqui a dez anos em função da parada de muitos produtores, principalmente, no Peru e Chile, onde os períodos de ‘lockdown’ foram mais extensos”, disse.

Segundo Castellari, Chile e Peru respondem por mais de um terço do mercado mundial de cobre. “Por causa disso, a oferta caiu de 2% a 3% nesse período. O preço, pela mesma razão, vem se mantendo em patamares interessantes e deve se ficar assim no longo prazo. O que pode ser bom para o nosso negócio, pois entraremos em operação com uma cotação robusta.”

Hoje, o preço do cobre no mercado internacional está em média de US\$ 3 por libra. Em março e abril, período mais crítico da pandemia no mundo, a cotação do metal chegou a cair, segundo o executivo. “Mas, se recuperou nos últimos meses. Hoje o balanço da oferta e demanda esta equilibrado e o cobre esta com preços robustos”, afirmou Castellari.

O projeto do Fundo de Investimentos Appian, a Mineração Vale Verde em Alagoas, deverá entrar em operação no segundo semestre do próximo ano.

“Nessa mina teremos capacidade de produção de 20 mil toneladas de concentrado de cobre por mês, o que confere ao empreendimento 12 anos de vida útil.”

Castellari acrescentou que o cobre está muito ligado à atividade industrial: 27% do consumo é da construção civil e outros 27% para sistemas elétricos. “É um metal que todo mundo quer ter em carteira, vai sempre ter demanda. É mais estável. O preço já está nos níveis do ano passado, mesmo com a queda da oferta”, avaliou.

Segundo ele, um dos motivos que sustentam os preços do cobre, mesmo com a queda da oferta, é o estímulo do governo chinês à economia, que puxou a demanda por metais. Primeiro o minério de ferro, para a produção do aço, e em 2021, será a vez do cobre.

“Até o fim do ano o preço deve se manter. Em dois anos, vamos ver aumento na cotação puxado pela demanda. Toda vez que tem um tipo de crise como essa, o ouro sobe primeiro e depois os materiais como minério de ferro, que estão na cadeia de valor. Na sequência, a recuperação é vista em metais como o cobre, que é a segunda etapa da cadeia.”

Além do cobre, o Appian opera um projeto de níquel no Brasil. A Atlantic Nickel, na Bahia, já fez cinco embarques e deverá fazer mais cinco em 2020. Segundo Castellari, a demanda por esse metal foi menos impactada pela pandemia. Para ele, mudanças no consumo vão ditar a procura pelo produto. Hoje, a destinação para baterias representa menos de 10%. Em 10 a 20 anos, isso passará a ser de 30% a 45% para baterias. “A demanda que hoje é de 150 mil toneladas vai subir para cerca de 4,4 milhões de toneladas. Os preços devem chegar a US\$ 15 por libra em dois anos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Unipar entra em energia com projeto na Bahia

Uma das grandes consumidoras brasileiras de energia elétrica, a Unipar vai se tornar autoprodutora a partir da instalação de um parque eólico de R\$ 620 milhões na Bahia, em parceria com a AES Tietê. Maior fabricante de cloro e soda cáustica da América do Sul e vice-líder no mercado regional de PVC, a companhia está adotando uma série de medidas para reduzir a distância de competitividade entre seus produtos e os de origem americana, que são os

grandes concorrentes no mercado global, e o investimento em energia é um dos pilares dessa estratégia.

“Melhoramos nossos custos e tornamos a empresa mais sustentável ao ampliar a participação de fontes renováveis na matriz de energia”, diz o presidente da Unipar, Mauricio Russomanno. Hoje, a energia elétrica representa metade dos custos variáveis da produção de cloro e soda no Brasil. Nos Estados Unidos, esse custo é de duas a três vezes mais baixo.

O parque eólico com capacidade instalada de 155 megawatts (MW) médios - o suficiente para garantir o fornecimento de cloro para abastecimento de água tratada a 40 milhões de pessoas - já começou a ser construído nos municípios baianos de Tucano, Biritinga e Araci e deve entrar em operação no segundo semestre de 2022. A Unipar assegurou, por meio de contrato de 20 anos assinado com a joint venture constituída com a AES, a compra de 60 MW médios. A energia remanescente será comercializada no mercado livre.

Conforme o Russomanno, a companhia já era cliente da AES no mercado livre e, ao detectar oportunidades de ganho operacional e socioambiental com a expansão das fontes renováveis em sua matriz energética, em particular a eólica, chegou à joint venture com a AES Tietê. Esse foi o primeiro passo efetivo Unipar para integração das operações ao elo anterior da cadeia produtiva, garantido ganho “relevante” em termos de custo.

Os R\$ 620 milhões que serão investidos no complexo eólico serão divididos igualmente entre as sócias e a Unipar está em tratativas avançadas para financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste. De acordo com Russomanno, se o projeto for exitoso, a companhia tende a buscar novas parcerias dessa natureza no futuro. “Estamos sempre avaliando novos projetos”, diz. A queda dos preços da energia eólica tem atraído os grandes consumidores industriais de energia no país e levado a um número crescente de anúncios similares ao de Unipar e AES Tietê.

Para a indústria petroquímica, o gás natural também tem impacto relevante nos custos. A recente aprovação pela Câmara do projeto de lei 6.407/2013, que institui o novo marco regulatório do gás, tende a reduzir os preços domésticos do insumo e foi comemorada pelo setor, que participou das negociações. “Com todas essas melhorias, a indústria de cloro e soda pode voltar a olhar certos investimentos”, diz.

Hoje, a ociosidade do setor no Brasil está em torno de 40%, refletindo a falta de competitividade do produto nacional em relação ao produzido em outras regiões, em particular nos Estados Unidos. Na Unipar, nos seis primeiros meses deste ano, a taxa média de utilização da capacidade de cloro e soda cáustica

ficou em 76,4%, melhor do que a indústria no geral, embora a pandemia de covid-19 tenha afetado os resultados do segundo trimestre.

Segundo Russomanno, alguns segmentos, como o de hipoclorito de sódio, chegaram a registrar vendas superiores na esteira da demanda mais forte por produtos de limpeza. Mas em outros, como o de resina de PVC, as vendas despencaram entre abril e maio com a paralisação das atividades da construção civil, levando ao acúmulo de estoques.

No auge da pandemia, conta o executivo, os preços do PVC caíram entre 30% e 40%. Agora, os produtores buscam recuperar a margem perdida e o momento é de demanda global mais forte que a oferta. “Mas isso é pontual. Haverá reequilíbrio entre oferta e demanda no terceiro trimestre”, avalia.

No mercado brasileiro, o consumo de PVC já foi “forte” em julho e agosto, o que levou a indústria local - há somente dois produtores no Brasil de PVC, Unipar e Braskem - a buscar o realinhamento do preço doméstico à cotação internacional, que já se recuperou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/09/2020

Seção: Economia

Autor: Sonia Racy

Título: ‘O valor da Amazônia tem de ser precificado’

Cenários

Para Rubens Ometto Silveira Mello, da Cosan, o País ‘tem de contra-atacar’ os que o acusam de ‘estar poluindo tudo com as queimadas’ na região

O Brasil “tem a matriz energética mais limpa do mundo”, e o mundo “está pendurado na Amazônia”. Juntando as duas frases, Rubens Ometto Silveira Mello chega a uma conclusão: “Não podemos entrar nessa armadilha de dizer que nosso País está poluindo tudo com as queimadas da Amazônia”.

Conhecido por sua ousadia em correr riscos, o empresário acha que o País precisa “contra-atacar”. Tem certeza de que “a Amazônia vale ouro” e adverte que “isso precisa ser precificado”. Como? “O Brasil deveria montar um sistema de divulgação” e calar produtores de fora “empenhados em enfraquecê-lo e em taxar suas exportações”.

Não é uma opinião casual. “Binho”, como o chamam os amigos, vem de uma tradicional família de usineiros de Piracicaba, no interior paulista, e toca empresas do setor sucroalcooleiro, combustível, de gás e logística. Seu dia a dia

é dedicado a comandar, como presidente do conselho de administração do Grupo Cosan, empresas como a Raízen, a Compass, a Rumo. Bem como as parcerias com a Shell e a ExxonMobil.

Nesta abertura da série Cenários – que vai ao ar nas redes sociais do Estadão e no YouTube do Banco Safra –, o empresário revela: “Estou escrevendo um livro para deixar documentadas as experiências que vivi”. Pretende registrar que tudo foi planejado detalhadamente – mas, que na verdade, “você vai construindo passo a passo, vendo oportunidades que surgem”. Futuro do ‘novo normal’? “O protecionismo deve se acentuar pelo mundo e temos que estar atentos.” Aqui vão trechos de sua conversa por Zoom.

Em tempos de ‘novo normal’ – que nem sabemos o que é – como a Cosan reage às novas prioridades?

Estamos no agronegócio e na energia renovável. O Brasil tem grandes vantagens nos dois setores. Temos a matriz energética mais limpa do mundo, por meio de hidrelétricas, energia solar, energia eólica, do etanol que você adiciona à gasolina, do álcool que se usa diretamente nos carros flex fuel. Outra coisa marcante é a produção de grãos, somos o celeiro do mundo. E o Brasil tem solo, ótima qualidade da terra, chuva na hora correta. E temos a Amazônia. O mundo está pendurado na Amazônia. Ela é o maior sequestrador de carbono do planeta e produtora de oxigênio. Tem de ser muito valorizada.

De que forma?

O Brasil tem de montar campanha. E não cair na armadilha de alguns países e empresas. Claro que você tem maus empresários, que praticam crimes na Amazônia, mas não é tudo isso que sai na imprensa. Eu vivi isso há 20 anos atrás, quando o etanol começou a crescer e o setor sucroalcooleiro foi muito atacado. Diziam que ele ia invadir a Amazônia – e nada disso aconteceu. Hoje, as empresas que fazem agronegócio em outras partes do mundo tentam arrumar uma taxa pra proteger seus produtores. Acho que temos de contra-atacar. Essa Amazônia vale ouro para o mundo e isso precisa ser precificado. Tem muita gente lá fora que depende disso pra trabalhar e se sustentar.

Pode dar exemplos concretos?

É o que a Cosan vem fazendo, por meio da Raízen – nossa sociedade com a Shell. Ela é a maior produtora mundial de açúcar e de etanol de cana. E o que estamos fazendo agora? A primeira planta mundial de álcool de segunda geração, o álcool celulósico. É etanol de palha de cana e bagaço de cana. Além disso, na nossa Usina Bonfim estamos produzindo o gás metano extraído da

vinhaça, que vai entrar nos gasodutos pra alimentar a nossa Comgás e os nossos caminhões.

Planos para o setor de gás?

Não posso comentar em razão do pedido de registro de oferta pública da nossa empresa de gás.

O setor de logística?

A Rumo faz a ligação por trem de Santos a Rondonópolis. E acabamos de ganhar o ramal Norte-Sul, que desce do Tocantins até Estrela d'Oeste, depois liga a malha paulista até Santos e tem ferrovia indo pro Paraná, até o Rio Grande do Sul. Isso vai aumentar nossa fronteira agrícola.

A imagem do País não é boa, em relação ao meio ambiente. Como vê isso?

Acho um absurdo, e é por falha nossa. Vou repetir: o Brasil deveria montar um sistema de divulgação internacional – nós na Cosan pretendemos fazer isso com a Shell. Temos de mostrar o quanto de bom estamos fazendo. Vou lhe dar um exemplo de como o marketing é importante. Pega o carro elétrico da Tesla e veja as emissões de toda a cadeia, incluindo a fabricação do carro e das baterias e a energia que alimenta a bateria. Se levarmos tudo em conta, o carro a etanol emite menos gases de efeito estufa por quilômetro rodado do que o da Tesla.

Mesmo usando hidrelétrica, em lugar de termoelétrica?

Sim. Na Noruega, cuja matriz energética é quase toda de hidrelétricas, um carro elétrico emite perto de 100 gramas de CO2 por quilômetro rodado. O carro a etanol hidratado emite menos que isso no Brasil. E você ainda tem no mundo todo muita energia elétrica produzida via óleo diesel, carvão, reatores nucleares...

Dá pra se fazer uma proposta viável pra ninguém mexer em floresta?

Acho que dá, sim, pra montar um modelo no qual a gente poderia levantar muito dinheiro e criar um programa de desenvolvimento sustentável na Amazônia. E fazer o nosso marketing, não é? Por que a Califórnia paga mais pelo nosso etanol? Por que a Shell paga mais pelo etanol de 2.a geração? Por que o Japão compra álcool neutro brasileiro? A nossa empresa, veja só, exporta 100% do etanol produzido.

O sr. acaba de fazer uma reestruturação no Grupo Cosan. Por quê?

Tenho isso na cabeça há muito tempo. Qual era o problema? Tínhamos uma holding controlando outra holding, era um sistema do tempo em que a bolsa brasileira não permitia que você tivesse ações preferenciais nem votos com diferentes pesos. Como eu acredito em empresas de dono, alguém que seja o maestro do negócio, fomos comprando ações da companhia. Agora, quando a gente fizer a fusão da CCZ com a Cosan, continuarei controlando o Grupo.

A pandemia não atrapalhou ao fazer essas mudanças?

Não atrapalhou em nada, isso já estava planejado há um bom tempo. Veja, o Banco Central e o Ministério da Economia fizeram a redução de juros e com isso a poupança brasileira está migrando da renda fixa para ativos. A liquidez do mercado mundial aumentou muito.

O Grupo adotou a agenda ESG (Environment, Social and Governance). O que isso significa?

Essas três iniciais traduzidas em boa governança, cuidado com o meio ambiente e questões sociais sempre nortearam, de uma maneira ou outra, as decisões da Cosan. Mas hoje damos muito mais ênfase ao tema. No “E” você define como elas tratam o meio ambiente, se estão produzindo sem agredir o planeta. No “S”, é como agem em relação à sociedade, se não a prejudicam, se a protegem. E governança é prioridade em qualquer empresa que queira sobreviver. Estamos listados em bolsa, e temos que ser transparentes, com um estatuto bem feito e respeito aos minoritários.

Não caiu o consumo de álcool?

Teve um momento, bem no começo da pandemia, em que a demanda por derivados, gasolina e etanol chegou a cair 50%. O diesel não sofreu tanto por conta do agronegócio. O que caiu foi o querosene para aviação, em 80%. O consumo de gás natural, principalmente comercial e industrial, num primeiro momento, caiu também. Já o residencial, não. E as pessoas ficaram em casa.

O senhor teve de buscar algum programa do governo nesses meses?

Nada, nada, nada.

Demitiu funcionários?

Nenhum. Fomos os primeiros a dizer que não íamos demitir ninguém por causa da pandemia. Isso é o “S” do Social, que se somou também a outra decisão importante, as doações ao Instituto Butantã para fazer vacina.

Sempre se percebeu, no Brasil, uma certa culpa em relação ao lucro, o que não ocorre lá fora. Acha que isso tem mudado?

Melhorou um pouco. Claro que você tem empresários que cometem crimes, mas no geral o empresário brasileiro é um patriota. O dinheiro dele fica aqui, ele reinveste tudo. Há exceções, mas o empresário brasileiro é trabalhador.

Temos um novo quadro no mundo, com juros em queda e uma montanha de dinheiro que não há onde pôr. Isso pode valorizar o empreendedorismo?

Sim. Acho que o País tem de voltar a crescer baseado na iniciativa privada. Com essa liquidez mundial você pode desenvolver muitos projetos sem ter de usar dinheiro público. Na Rumo estamos gastando bilhões de reais sem pedir um tostão do governo.

Fala-se muito no cenário pós-pandemia, e ele inclui o enorme déficit público global pelos gastos com saúde. Isso afeta a política econômica?

Acredito que vai mudar. Não sou economista, não saberia dizer exatamente o que será feito, mas terá de mudar. Os juros estão baixos, teremos de encontrar outras formas de olhar e acompanhar as economias mundiais.

Num cenário assim tão incerto, como o sr. vê a Cosan daqui a dois, três ou cinco anos?

Eu sou pragmático. Estou escrevendo um livro pra deixar documentadas as experiências que vivi. Nesse livro eu digo o seguinte, que tudo foi planejado detalhadamente... Mas a verdade é que tudo se vai construindo passo a passo e você vai vendo as oportunidades que surgem. Acho que o protecionismo vai voltar, não será mais uma economia tão globalizada como a que temos agora. Então é difícil programar, né? Mas o fato é que o alimento no Brasil é um grande negócio e o Brasil é o celeiro do mundo. E para esse alimento chegar a todos os continentes precisamos de ferrovias e portos em plena operação. No varejo você vê a Amazon e algumas empresas brasileiras crescendo contra o espaço físico. Tudo isso me parece muito desafiante, mas estamos sempre atentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/09/2020

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Lava rápido

Direto da fonte

Os credores da natimorta Sete Brasil estão entusiasmados. Iniciaram votação para aprovação (ou não) de proposta feita por um fundo árabe – já analisada pelo CADE – rumo à alienação de... quatro sondas que serão alocadas na Petrobras. Resta agora a árdua batalha de vencer a burocracia dos bancos públicos que ainda não conseguiram aprovação em suas respectivas governanças.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/09/2020

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura - São Paulo

Título: Petróleo cai abaixo de US\$ 40 com demanda menor; techs desabam

O preço do petróleo despencou nesta terça-feira (8) com o receio de investidores acerca da demanda global pela matéria-prima. Na segunda (7), a Saudi Aramco, uma das maiores petroleiras do mundo, cortara os preços oficiais de venda de outubro para seu petróleo Arab light, em um sinal de que a demanda pode estar em queda.

A redução nos preços levou o petróleo ao quinto pregão seguido de desvalorização. O contrato de barril de Brent (referência internacional) para novembro, mais negociado, caiu 5,3%, a US\$39,78, menor valor desde junho.

As ações da Petrobras refletiram o movimento. As preferenciais (mais negociadas) caíram 2,9%, a R\$ 22,26, e as ordinárias, 3,5%, a R\$ 22,52, derrubando o Ibovespa, que fechou em queda de 1,17%, a 100.050 pontos.

Na esteira da queda do petróleo, a estatal anunciou que reduzirá os preços médios do diesel e da gasolina em 5% nas suas refinarias a partir desta quarta (9).

Na semana passada, a Petrobras já havia reduzido o valor do diesel, o combustível mais consumido do país, em 6%. Na mesma oportunidade, a empresa cortara o valor da gasolina em 3%.

Com a redução, o novo preço do diesel na refinaria será de cerca de R\$ 1,6255 o litro, o menor desde o início de julho. No caso da gasolina, a cotação reajustada será de R\$ 1,6813, o menor patamar desde o final de julho.

No ano, a queda acumulada aumentou para cerca de 30%, no caso do diesel, e para aproximadamente 12%, para a gasolina.

Em agosto, a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) disse que a demanda global por petróleo deve cair mais em 2020 do que previsto antes,

com a pandemia, e que uma recuperação no próximo ano enfrenta grandes incertezas.

Os preços do petróleo desabaram neste ano devido aos impactos do coronavírus, que incluíram restrições a viagens e desaceleração da atividade econômica. Embora alguns países tenham aliviado medidas de distanciamento, permitindo que a demanda se recupere, a preocupação com novos surtos do vírus tem segurado os preços, o que a Opep espera que continue.

Fora o petróleo, as ações de tecnologia nos EUA movimentaram o pregão. Os papéis da fabricante de carros elétricos Tesla recuaram 21%, a maior queda do papel em um pregão, a US\$ 330,21, em meio à venda generalizada de empresas com forte valorização nos últimos meses.

Além disso, investidores esperavam que a Tesla ingressasse no índice S&P 500, que reúne as maiores empresas dos EUA. A montadora comandada por Elon Musk, porém, ficou de fora da nova composição do S&P 500, que fechou em queda de 2,8%.

O Dow Jones recuou 2,25%, e a Nasdaq, 4%, pressionadas pela queda nas ações de tecnologia, que acumularam ganhos expressivos com resultados das companhias acima da expectativa. As ações da Amazon recuaram 4,4%, e as da Microsoft, 5,4%. Facebook teve queda de 4%, Google, de 3,6%, e Apple, de 6,7%.

Analistas dizem que ainda não é possível afirmar se a forte e repentina desvalorização no setor é uma bolha que estourou ou apenas realização de lucros.

Com a versão a risco, o dólar subiu 1,2%, para R\$ 5,37.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/09/2020

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo e Bernardo Caram

Título: Reforma mantém regra sobre militar da ativa no governo

Presença no primeiro escalão gera incômodo nas Forças Armadas; Maia já defendeu PEC para mudar normas

Brasília- A reforma administrativa proposta pelo Executivo deixa inalterada a regra constitucional que, na prática, permite que militares da ativa entrem no

governo. Somente após dois anos em cargos públicos eles são obrigados a passar para a reserva.

A presença de militares em atividade no primeiro escalão gera relatos de incômodo nas Forças Armadas por estabelecer uma relação direta entre a instituição e o governo. O tema também já gerou posicionamentos divergentes entre os generais do entorno do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

A PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma administrativa, enviada pelo governo ao Congresso há menos de uma semana, tocou em trecho sobre o tema apenas para reforçar (após uma mudança nas numerações dos incisos) que o militar da ativa pode acumular funções de professor ou na área de saúde caso haja compatibilidade de horários, norma a ser aplicada também a outros servidores.

A proposta reafirma o restante do texto constitucional, ao determinar que o militar da ativa permanece ligado ao quadro das Forças Armadas caso tome posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária e não eletiva.

Durante o período em cargo público, o militar poderá continuar a ser promovido por antiguidade, e o tempo é contado para a transferência para a reserva.

Só após dois anos nessa situação, de forma contínua ou não, ele fica obrigado a sair da ativa (exceto se o cargo for para profissionais de saúde ou magistério).

Já o militar que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente fica automaticamente transferido para a reserva, tal como a Constituição já prevê (a exceção para professores e profissionais de saúde também é válida nesse caso).

A presença de militares no governo Bolsonaro é freqüente, mas há diferenças de interpretação entre eles sobre a necessidade de se afastar da atividade.

Um exemplo é o ministro-chefe da Casa Civil, general Walter Braga Netto, que decidiu passar para a reserva logo após assumir o cargo no Executivo (em fevereiro de 2020).

Já o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, anunciou só há pouco mais de dois meses que deixaria a ativa, após permanecer por quase um ano no cargo.

“Venho de público anunciar que entrarei com o requerimento, em 1º de julho de 2020, solicitando minha transferência para a reserva remunerada, e, por conseguinte, deixarei a instituição que tanto amo desde que ingressei na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em 8 de março de 1973”, disse Ramos em nota na ocasião.

O Palácio do Planalto tem ainda em seus quadros o general da reserva Augusto Hele-no, ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

Além disso, a Secretaria-Geral é comandada por Jorge de Oliveira, oriundo da Polícia Militar.

Continua como um general da ativa no primeiro escalão o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello. Ele assumiu o cargo há três meses, após um período como secretário-executivo da pasta. Há diversos outros casos, inclusive em níveis inferiores.

Outros países adotam legislações mais rígidas contra a presença de militares no governo, de forma a dissociar a atuação das Forças Armadas da administração pública.

Antes da proposta do Executivo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu que o Congresso deveria discutir uma PEC para evitar militares da ativa em funções gratificadas no Executivo.

“É bom que a gente construa. Não para agora, para não parecer que é contra o ministro A ou B, ou assessor A ou B, mas um pouquinho mais na frente acho que a gente vai ter de aprovar para que quem vier para o mundo civil não possa estar na ativa”, afirmou o deputado, há pouco mais de um mês.

“Não é bom. Não é bom para as Forças Armadas, não é bom para o Brasil”, disse.

A PEC apresentada pelo Executivo na semana passada ainda traz regras para militares interessados em concorrer às eleições. O texto deixa claro que as normas constitucionais para concorrer valem também para os profissionais de estados (atingindo policiais militares e bombeiros).

Quem tiver menos de dez anos de serviço deverá se afastar da atividade para ser considerado elegível. Com mais de dez anos, passará para a inatividade caso seja eleito e diplomado.

Mesmo com essas alterações, o Ministério da Economia deixou militares de fora dos pontos centrais da reforma administrativa. A justificativa é que eles não são servidores públicos.

Os militares das Forças Armadas ganham de R\$ 1.560,00 a R\$ 14.031,00 (fora gratificações e indenizações). A folha de salários demanda mais de R\$ 26 bilhões em recursos públicos ao ano.

Conforme mostrou a Folha, a presença de militares da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em órgãos do governo cresceu de forma significativa em um ano e meio da gestão Bolsonaro.

Na gestão Bolsonaro, o número de integrantes das três Forças em cargos comissionados aumentou 33%. Em julho deste ano, eram 2.558, em ao menos 18 órgãos, entre eles Saúde, Economia, Família e **Minas e Energia.**

Ao Ministério da Economia foi perguntado por que militares ficaram fora das alterações centrais da reforma administrativa. Gleisson Rubin, secretário especial adjunto de Gestão, afirmou que o trabalho foi voltado aos servidores civis.

“O foco é a reorganização do serviço público civil. A discussão dos projetos militares teria de ser feita dentro do contexto das mudanças apresentadas”, afirmou na quinta (3).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/09/2020

Seção: Mercado

Autor: Renato Machado

Título: Mourão diz que é hora de discutir mineração em terra indígena

Brasília- O vice-presidente Hamilton Mourão disse nesta terça-feira (8) que o Brasil precisa parar de “tapar o sol com a peneira” e avançar na discussão de exploração de minérios em terras indígenas.

A declaração acontece em um momento em que o país enfrenta forte pressão internacional por causa da alta no desmatamento e das queimadas na região da Amazônia Legal.

Mesmo com o emprego dos militares na chamada Operação Verde Brasil 2, a Amazônia teve o segundo pior agosto da última década, em relação ao registro de queimadas. Foram 29.307 focos de incêndio.

No primeiro semestre, o Greenpeace divulgou que 72% da atividade de garimpo na região da Amazônia se situava dentro de unidades de conservação ambientais e terras indígenas.

“A questão da mineração, não adianta ficar tapando o sol com a peneira. A questão que se coloca sempre: mineração em terra indígena; a Constituição prevê, desde que o Congresso regule”, disse o presidente, argumentando que todos os governos anteriores enviaram projetos de lei ao Congresso para tratar a questão, mas não avançaram nas discussões.

“Está na hora de avançar, de discutir isso, sem preconceitos”, declarou, durante transmissão ao vivo com o jornalista Carlos Alberto Di Franco.

Mourão acrescentou que a regulamentação das atividades minerais em terras indígenas iria contribuir para conter as ilegalidades e crimes ambientais, além de oferecer renda para os povos indígenas.

“É muito melhor eu ter uma lavra concedida que eu sei que será explorada dentro das regras ambientais, que vai pagar imposto para o governo e que vai pagar royalties para a população daquela região, do que ter as ilegalidades que eu tenho de estar combatendo dia e noite sem parar”, completou.

A exploração de atividades minerais em terras indígenas é defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. O governo encaminhou em fevereiro para o Congresso um projeto de lei que prevê a regulação da atividade. Recentemente, ao se reunir com lideranças indígenas, Mourão disse que eles deveriam pressionar o parlamento pela aprovação.

Por outro lado, os garimpos em terras indígenas e unidades de conservação preocupa investidores internacionais, que já manifestaram desconforto, inclusive ao próprio Mourão.

Em julho, quando os crimes ambientais na Amazônia começaram a provocar reação internacional, Mourão realizou videoconferência com fundos de investimentos e pensão do Reino Unido, Suécia, Noruega, Holanda e Japão. Eles fazem parte de um grupo de 29 gestoras de capital que enviaram, no fim de junho, carta aberta a diferentes embaixadas do Brasil no exterior. O grupo pediu uma reunião para discutir o desmatamento na Amazônia.

Mourão argumentou na teleconferência que, embora o projeto de lei tenha sido proposto pelo governo, a medida está em discussão no Congresso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/09/2020

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS - BRASÍLIA E SÃO PAULO

Título: Bolsonaro veta uso de recurso do Fundo Social para gasoduto

O presidente Jair Bolsonaro vetou ontem trecho de um projeto de lei que direcionava recursos do pré-sal para estados, municípios e para financiar a expansão de gasodutos. Hoje, a integralidade desse dinheiro vai para o Fundo Social do Pré-Sal. O texto previa que os repasses fossem divididos: 50% continuariam no Fundo Social (voltado para saúde e educação); 30% iriam para

fundos de Participação dos Estados (FPE) e de Participação dos Municípios (FPM); e 20%, para a construção de gasodutos.

A medida havia sido aprovada pelo Congresso no início de agosto. O financiamento de gasodutos seria feito por meio de uma linha chamada de “Brasduto”, que também foi vetada. Em entrevista ao GLOBO semana passada, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, já havia antecipado que o governo havia recomendado os vetos.

Bolsonaro manteve o ponto principal do texto, que resolve disputa judicial entre usinas e o governo sobre quem deve pagar a conta pela redução da geração de eletricidade por meio de hidrelétricas e pelo acionamento de usinas termelétricas, que são mais caras.

Segundo comunicado do Palácio do Planalto, a criação do Brasduto representaria um “vício de iniciativa”, porque cabe ao presidente, e não ao Congresso, regulamentar estruturas administrativas.

De acordo com o Planalto, a medida resultaria na redução de recursos do Fundo Social, hoje destinados a áreas como educação, cultura, esporte, saúde pública e meio ambiente.

LEI DE FALÊNCIAS

Em outra frente que envolve a tramitação de projetos no Congresso, o presidente do Senado, David Alcolumbre (DEM-AP), afirmou ontem que a análise do texto da nova Lei de Falências e Recuperação Judicial é prioridade e que tem conversado com os líderes dos partidos para que a proposta vá direto para o plenário, sem passar por comissões.

— Estamos construindo o entendimento com os líderes partidários para que possamos levar essa matéria diretamente ao plenário — afirmou, em vídeo, o senador, durante o evento “O Impacto Legislativo na Recuperação e na Falência”, promovido pela Editora Globo em parceria com a revista Justiça & Cidadania.

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1864 - 1927)

Quarta-feira 9 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46348

estadão.com.br



A última paciente do Anhembi

Guimar Sargo de Lima, de 83 anos, recebe alta do hospital de campanha do Anhembi construída em caráter de urgência pela Prefeitura, a unidade encerrou os trabalhos ontem, após quase cinco meses em operação. Desde o início da pandemia, São Paulo chegou a receber quatro hospitais de campanha, mas só dois continuam funcionando. **METRÓPOLE / PÁG. A19**

País fala em vacinar em janeiro, mas Oxford suspende testes

Anúncio do laboratório AstraZeneca ocorreu horas após ministro da Saúde anunciar plano para imunização

Horas após o ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmar que em "janeiro a gente começa a vacinar todo mundo", o laboratório AstraZeneca anunciou a interrupção de estudos para o desenvolvimento da vacina contra a covid-19. Desenvolvida pela Universidade de Oxford, essa vacina envolve parceria com a Fiocruz no Brasil e é a principal aposta do governo Bolsonaro para imunizar a população. Informada sobre a suspensão, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) dis-

● **General morre de covid-19**
Chefe do Centro de Inteligência do Exército (CIE), o general de brigada Carlos Augusto Feury Sydrão Ferreira tinha 53 anos e estava internado no Hospital das Forças Armadas. **POLÍCIA / PÁG. A12**

se que aguarda mais informações da AstraZeneca para se pronunciar oficialmente. O governo federal abriu crédito de cerca de R\$ 2 bilhões para a Fi-

cruz receber, processar, distribuir e passar a fabricar a vacina de Oxford. Segundo fonte da Anvisa, o laboratório apenas enviou comunicado à agência sobre a interrupção, sem detalhar que tipo de efeito colateral foi notado em um participante do estudo. Esse voluntário seria do Reino Unido. No meio científico, a revisão do desenvolvimento de um imunizante após um contratempo é considerado fato normal. Esta é a segunda vez que ocorre com essa vacina. **METRÓPOLE / PÁG. A18**

● **A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)**

TOTAL DE MORTES	127.517
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	516
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	691
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.165.124
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	17.526
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.397.234

*NÚMERO DE MORTES DEVIDO À COVID-19

Governo quer importar mais alimentos para conter inflação

O governo quer zerar tarifas de importação de alguns itens da cesta básica para tentar derrubar os preços ao consumidor. Ontem, ao falar sobre a disparada do preço do arroz, o presidente Jair Bolsonaro disse que prepara medidas para encerrar a inflação dos alimentos. Há uma queda de braço entre supermercadistas e a indústria alimentícia sobre o repasse do aumento. **ECONOMIA / PÁG. B3**

Igrejas planejam usar reforma para escapar de tributo

Emenda apresentada pela bancada evangélica em meio à reforma tributária quer tornar os templos religiosos isentos ao pagamento de qualquer tipo de tributo, incluindo as contribuições. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Parada nas aulas pode reduzir PIB global em 1,5%

A suspensão das aulas em razão da pandemia pode causar perda de 1,5% na economia global até o fim do século. Autora do estudo, a OCDE diz que a parada afetará no longo prazo a produtividade. **METRÓPOLE / PÁG. A20**

Empresas de tecnologia derrubam Bolsas nos EUA

Pelo 3.º pregão seguido, as Bolsas de Nova York registraram forte queda. O índice Nasdaq caiu 4,11%, puxado por Apple, Microsoft, Amazon, Facebook e Alphabet. **ECONOMIA / PÁG. B6**

Entrevista

Rubens Ornetto, empresário

'O valor da Amazônia tem de ser precificado'

Presidente do conselho de administração do Grupo Cosan disse a Sonia Racy que o "País tem de contra-atacar" os que o acusam de "estar poluindo tudo com queimadas". **ECONOMIA / PÁG. B9**



NA QUARENTENA

COMPANHIA DE DANÇA APOSTA EM FORMATO VIRTUAL

Temporada 2020 abrirá na quinta-feira. **PÁG. H1**

A REINVENÇÃO DA MÚSICA CLÁSSICA

Na pandemia, orquestras inovam o repertório. **PÁG. H5**



Jornal do Carro

Briga esquenta no mercado
Volkswagen reage em vendas e ameaça a líder General Motors. **PÁG. 20**

Esportes

Solução que vem da base
Garotos brilham no Palmeiras e no São Paulo. **PÁG. A22**

NOTAS & INFORMAÇÕES

O bolso do contribuinte

O Congresso demonstrou estar descolado da realidade do País ao aprovar projeto de lei que anistia R\$ 1 bilhão em débitos tributários das igrejas. **PÁG. A3**

O que importa é ser reeleito

No exercício do poder, pode-se fazer tudo errado, o que importa é ser reeleito. **PÁG. A3**

Tempo em SP 17º Min. 28º Máx.

NOVO TIGGO 5X 2021 FULL CONNECT DUAL CLUTCH

O DEVORADOR DE COMPARATIVOS.

VEJA NAS PÁGINAS 6 E 7.

VerCapas.com.br
CAOA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.397

QUARTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Partidos admitem uso de candidatas laranjas

Sob investigação, alguns dos principais partidos reconheceram formal e indiretamente, pela primeira vez, candidaturas femininas laranjas nas eleições. Em documentos ao TSE para formalizar critérios de distribuição do fundo eleitoral, ao menos seis legendas incluíram regras para tentar conter a fraude ou eximir dirigentes de novos desvios. Poder A4

Conselho pune Deltan por tuitos contra Renan

O Conselho Nacional do Ministério Público puniu Deltan Dallagnol com censura por críticas a Renan Calheiros em 2019, à época da eleição da presidência do Senado. A punição será considerada em progressões de carreira. Poder A8

Eduardo Paes virou réu por suspeitas de corrupção

O ex-prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes (DEM) foi alvo de buscas e apreensões em sua casa ontem após se tornar réu sob acusação de caixa dois na campanha eleitoral de 2012. Paes é candidato à prefeitura carioca. Poder A5

Gregorio Duvivier Não há brasileiro mais inocente

Precisamos lidar com a terrível realidade. Por trás da fama autogerada de malandragem, o carioca é o otário do Brasil. Não faz sentido atribuir a corrupção dos líderes à esperteza local. Carioca cai em qualquer conto. Ilustrada B12

SP tem 16 mortes por afogamento no feriado

Nove vítimas estavam no litoral paulista. Três afogamentos ocorreram em represas da Grande São Paulo e quatro no interior, segundo os Bombeiros. AS

EDITORIAIS A2

Volta às aulas
Sobre a necessidade de acelerar o retorno escolar.

Mídia censurada
A respeito de decisões da Justiça contra a imprensa.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 189.213.054
VISITANTES ÚNICOS 35.510.663

ISSN 1678-0775 33397
9 771614 33397

Pandemia no Brasil

Brasil
Casos 4,2 mil 30,3 mil -19,1%
Óbitos 127,5 mil 691 -27,3%

Dados das 20h de 8 set. *Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias.



Lalo de Almeida/Folhapress

FOGO DAS QUEIMADAS SE TORNA PAISAGEM COMUM NA TRANSPANTANEIRA

Cavalos em meio à fumaça; repórter-fotográfico Lalo de Almeida percorreu a estrada-parque em Mato Grosso para testemunhar destruição Ambiente B6 e B7

Brasil é dos países com mais tempo sem aula, diz OCDE

Escolas fechadas podem levar a perda de 1,5% na economia mundial até o fim do século, mostra estudo



Adriano Visoni/Folhapress

NA REABERTURA, CLASSE TEM ATÉ TROCA DE SAPATO

Sala de aula do colégio Uirapuru, que retomou ontem atividades da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; ao entrar na unidade, alunos tiram os calçados Saúde B2

Ainda sem previsão de retorno generalizado de aulas no Brasil, o tempo de fechamento das escolas por causa da pandemia do coronavírus já é maior no país do que na média das nações mais ricas, indica relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O documento relaciona a interrupção das classes com o acúmulo de perda de habilidades e o reflexo na produtividade. Os efeitos econômicos do hiato educacional serão sentidos ao longo de décadas, e o impacto sobre o PIB mundial pode ser de 1,5% até o fim do século.

Até junho, o Brasil acumulava 16 semanas de paralisação, contra 14 na média dos demais países analisados.

A instituição pontua que a reabertura de escolas e universidades trará "benefícios inquestionáveis aos estudantes, à economia e às famílias", mas ressalta a necessidade de coordenação entre autoridades de ensino e de saúde nos diferentes níveis governamentais, o que não ocorre no Brasil.

Segundo o estudo, a quantidade de alunos por sala é parâmetro crítico para a retomada, devido ao distanciamento social, e o país vai mal nesse quesito. Saúde B1

Estudo da vacina de Oxford é pausado por possível reação

O estudo da vacina da Universidade Oxford foi pausado para verificar possível reação adversa. Antes do anúncio, Eduardo Pazuello, interino da Saúde, afirmou que, "em janeiro, a gente começa a vacinar todo mundo". Saúde B3

Esporte B8
COB dá início a sua primeira disputa pela presidência em mais de 40 anos

Esporte B8
Olimpíada ocorrerá a qualquer custo no ano que vem, afirma ministra japonesa

Controlar morte é determinante para o consumo voltar
Estudo do Itaú mostra que o controle das mortes pela Covid-19 será fator determinante na retomada do consumo. Cidades com menor mortalidade têm recuperação mais forte, afirma o banco. Mercado A14

Ilustrada B10
Bailarinos da São Paulo Companhia de Dança voltam aos palcos para temporada virtual

Eleitores terão de usar máscaras, e não haverá biometria este ano A6

Maia defende agência de proteção de dados distante do governo A9

Tecnologia desafia Justiça ao ampliar atuação de clientes A10

“[Estamos] pedindo que o lucro seja próximo de zero”
Jair Bolsonaro sobre supermercados

Nós vamos fazer ele baixar
Teresa Cristina sobre o preço do arroz. Mercado A15

Opositora bielorrussa reaparece presa depois de suposta fuga A11

seminários online

Consumo Consciente

webinar

HOJE Das 15h às 17h

Debate online sobre consumo consciente, suas iniciativas sustentáveis e de que maneira as empresas reagem a essa nova demanda.

folha.com/consumoconsciente

Saiba mais na página A5

Mario Frias: Secretaria controlará redes sociais de órgãos como a Ancine

SEGUNDO-CADERNO

Hugh Grant: Uma seleção de filmes do galã que faz 60 anos

SEGUNDO-CADERNO

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2020 ANO XLVII - Nº 31.830 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

EFEITOS DA PANDEMIA

Preço de alimentos dispara, e governo diz que não vai intervir

Alta da cesta básica coincide com redução do auxílio emergencial

O aumento de preços dos produtos da cesta básica levou o presidente Jair Bolsonaro a apelar a donos de supermercados, pela segunda vez em menos de uma semana, para que os re-

duzam. A alta de carne, feijão, arroz, óleo de soja e leite se deve à valorização do dólar, ao aumento das exportações e à entressafra, e ocorre quando o governo anuncia redução à meta-

de valor do auxílio emergencial. Bolsonaro, porém, disse que não intervirá. O Procon e a OAB pediram ao ministro Paulo Guedes (Economia) que monitore as exportações. **PÁGINA 25**



Leitos a menos, internações a mais

A ocupação de leitos por Covid-19 na rede pública, que era de 65% em julho, chegou a 82%. Prefeitura atribui aumento ao fim do atendimento em unidades como o hospital de campanha do Parque dos Atletas, na Barra, que foi desativado. **PÁGINA 21**



Repressão cresce na Bielorrússia

Em meio a protestos (foto) e aumento da repressão, líder da oposição bielorrussa consegue escapar de operação para expulsá-lo do país. **PÁGINA 31**

Eduardo Paes vira réu na Justiça Eleitoral, acusado de corrupção

MP acusa o ex-prefeito de receber R\$ 10,8 milhões de empreiteira via caixa 2 na campanha de 2012. Paes, que é candidato, nega e tenta evitar interferência nas eleições de novembro. **PÁGINA 12**

Desoneração da folha: incerteza afeta decisão de investimento

Empresas dos 17 setores que contam com desoneração preparam orçamentos para 2021 e veem ameaça a empregos. **PÁGINA 29**

AstraZeneca e Oxford fazem pausa em teste da vacina

Após reação adversa em voluntário no Reino Unido, a farmacêutica AstraZeneca anunciou pausa nos testes da vacina contra a Covid-19, que desenvolve em parceria com a Universidade de Oxford. A vacina também está em avaliação clínica no Brasil. Segundo a empresa, a interrupção é uma medida necessária para garantir a integridade dos testes. **PÁGINA 19**

HÁ 172 DIAS INATIVO
Sem previsão de aulas remotas, Colégio Pedro II vive impasse **PÁGINA 18**

GENERAL SYDRIÃO
Chefe do Centro de Inteligência do Exército morre de Covid, aos 53 **PÁGINA 16**

CONTAGIADOS **4.165.124** MORTOS **127.517**
FONTE: CONSORCIO DE VEÍCULOS DE ABREXIA

MERVAL PEREIRA
Judicialização leva STF a ser o definidor da eleição em 2022 **PÁGINA 2**

ELIO GASPARI
FH reconheceu a ruína política que ele próprio criou **PÁGINA 3**

MÍRIAM LEITÃO
Pior ingrediente a ser adicionado à economia é o populismo **PÁGINA 26**

NOVO TIGGO 5X 2021 1.5 TURBO FULL CONNECT DUAL CLUTCH

O DEVORADOR DE COMPARATIVOS.

VEJA NAS PÁGINAS 4, 5, 6 E 7.

VerCapas.com.br

CADA CHERY

QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

www.correiobraziliense.com.br

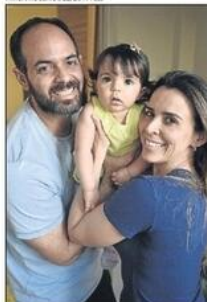
LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASIL, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.927 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Minervino Junior/CB (A) Press



Kyara espera por sua ajuda

Portadora de atrofia muscular espinhal (AME), o bebê de 1 ano aguarda a compra do remédio mais caro do mundo — cerca de R\$ 12 milhões. Uma campanha mobilizou moradores de Brasília e artistas e já arrecadou R\$ 3,5 milhões. Cercada de carinho e atenção da família, Kyara vê a solidariedade aumentar. Saiba como contribuir.

PÁGINA 19

original@goiasechins



Teatro no zap zap!

As artes cênicas se reinventam com peças pelo WhatsApp, como o espetáculo estrelado por Débora Nascimento, Jonathan Azevedo, Mariana Ximenes e Reynaldo Gianecchini.

PÁGINA 22

Priscila Peres



Brasília chora por Lua

Personagem da cena cultural de Taguatinga, o empresário Antonio Botelho morreu vítima da covid-19. O bar de Lua virou referência para a juventude da cidade. PÁGINA 18

R\$ 120 milhões de prêmio: chance maior na Lotofácil

PÁGINA 17

Detran aposta em CNH gratuita e mais agilidade em blitz

Nas operações para fiscalizar se o licenciamento do carro está em dia, o Departamento de Trânsito do DF não está exigindo documento físico de motoristas. Agentes checam tudo na hora, on-line.

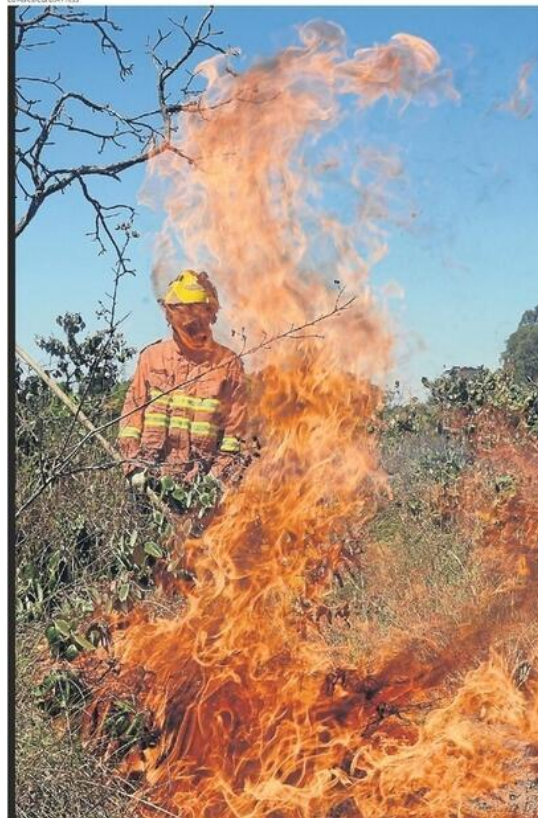
Além, a digitalização veio para ficar, diz o presidente do órgão, Zélio Maia da Rocha, em entrevista ao CB.Poder. "Até 28 serviços devem ser disponibilizados ainda este ano", afirma. Segundo

ele, uma das novidades será a emissão, até dezembro, da carteira de habilitação — que hoje custa em torno de R\$ 2 mil —, numa versão social, sem custo, para pessoas de baixa renda. PÁGINA 15

Governador Ibaneis é diagnosticado com covid-19

PÁGINA 16

Ed Ayles/CB (A) Press



Setembro de fogo intenso

Nos primeiros sete dias deste mês, os bombeiros registraram 571 queimadas no DF. Em todo o ano, foram 4.858 ocorrências. Ontem, um incêndio perto do SLA e do Lucio Costa levou cinco horas para ser apagado. PÁGINA 18

Imprevisto interrompe testes com vacina

A Universidade de Oxford suspendeu os testes, provisoriamente, para investigar se reações adversas sofridas por um voluntário no Reino Unido têm a ver com a vacina. No Brasil, onde 5 mil pessoas participam do ensaio, até agora bem-sucedido, o ministro da Saúde anunciou que o país iniciará ampla vacinação com o imunizante em janeiro.

PÁGINAS 5 E 12

Brasileiro vê a disparada do preço da comida

Alta de produtos básicos, como arroz e feijão, faz os gastos com a alimentação pressionarem a inflação. Dólar e compras chinesas influenciam o quadro. Bolsonaro volta a pedir que empresários reduzam lucros.

PÁGINA 6

2ª instância

Pressão para avaliar PEC

Deputados cobram de Maia retomada das discussões sobre a prisão após condenação em colegiado. Relatório da proposta está pronto. PÁGINA 2

CB.Poder

O presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), José Roberto Tadros, é o entrevistado de hoje. O programa começa às 13h20.



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@daabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .